

A luta pela afirmação do direito à educação infantil nos desafios de sua expansão

The struggle for affirming the right to early childhood education into challenges of its expansion
La lucha por la afirmación del derecho a la educación infantil en los desafíos de su expansión

Kallyne Kafuri Alves*

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Bra.

RESUMO

Este artigo aborda a problemática da falta de vagas na Educação Infantil (EI) em interface à busca dos familiares pela matrícula das crianças nesta etapa da educação básica. Com referencial teórico-metodológico bakhtiniano, analisa enunciados, decorrentes do desenvolvimento de pesquisa de abordagem qualitativa concluída, com procedimento a realização de entrevistas semiestruturadas em uma fila de vagas para cadastro de matrícula em uma instituição de EI. Com isso, discute sobre os desafios da falta de vagas na EI, as expectativas dos familiares sobre a instituição pública e as estratégias de atendimento presentes na conjuntura brasileira de constantes ameaças aos direitos sociais e avanço da política neoliberal. Conclui entendendo que a dialogia com os diferentes outros que vivem a EI, mobiliza possibilidades de aprendizagens nos motivando a reafirmar a luta pela democracia e pela qualidade da oferta educacional, como também a resistir às ameaças aos direitos educacionais conquistados.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de Professores. Famílias. Direito à Educação.

ABSTRACT

This article approaches the problem of the lack of vacancies in Early Childhood Education (EI) in relation to the search of family members for the enrollment of children in this stage of basic education. With Bakhtinian theoretical-methodological reference, it analyzes statements, resulting from the development of a qualitative approach, with semi-structured interviews being carried out in a row of enrollment vacancies in an EI institution. With this, it discusses the challenges of the lack of vacancies in the EI, the expectations of family members about the public institution and the strategies of care present in the Brazilian conjuncture of constant threats to social rights and neoliberal policy advancement. It concludes by understanding that the dialogue with the different others that live the EI mobilizes possibilities of learning motivating us to reaffirm the struggle for democracy and the quality of the educational offer, as well as to resist the threats to the educational rights conquered.

Keywords: Early childhood education. Teacher training. Families. Right to education.

RESUMEN

Este artículo aborda la problemática de la falta de vacantes en la Educación Infantil (EI) en interfaz con la búsqueda de los familiares por la matrícula de los niños en esta etapa de la educación básica. Con referencial teórico-metodológico bakhtiniano, se analizan enunciados, resultantes del desarrollo de investigación de abordaje cualitativo, que tuvo como procedimiento la realización de entrevistas semiestructuradas en una fila de vacantes para registro de matrícula en una institución de EI. Con eso, se discute sobre los desafíos de la falta de vacantes en la EI, las expectativas de los familiares sobre la institución pública y las estrategias de atención presentes en la coyuntura brasileña de constantes amenazas a los derechos sociales y avance de la política neoliberal. Se concluye entendiendo que el dialogo con los diferentes entes que viven la EI, moviliza posibilidades de aprendizajes motivándonos a reafirmar la lucha por la democracia y la calidad de la oferta educativa, así como a resistir las amenazas a los derechos educativos conquistados.

Palabras-clave: Educación infantil. Formación de profesores. Familias. Derecho a la educación.

Introdução

A partir do contexto de luta e afirmação do direito à Educação Infantil (EI) (BRASIL, 1988, 1996, 2009a, 2009b), elaboramos este texto articulando três indagações centrais, que problematizam as possibilidades de resistência ao autoritarismo que ameaça a sociedade, as condições para uma educação crítica e os conhecimentos importantes para a inserção de crianças no contexto da educação. Indagações estas que nos permitem tratar de três temas relativos ao direito à EI, considerando os enunciados dos familiares no contexto da fila de cadastro de vagas para matrículas. Portanto, discutimos, nesta proposta, sobre os temas: a EI nos desafios de sua expansão, a realização da educação a partir da perspectiva dos familiares e as considerações que marcam o direito à EI pública na luta em busca de uma educação crítica, que reconheça as crianças como sujeitos históricos e de direitos (BRASIL, 2009a). Por educação crítica – cientes dos contextos e das relações de força, oportunizando às crianças e às suas famílias condições de apropriação de conhecimentos que possibilitem compreender e interagir em sociedade – consideramos a perspectiva da dialogia, inspirada nos conceitos bakhtinianos (BAKHTIN, 2006, 2011), que acreditam nas relações como fonte inesgotável de aprendizagens.

Com isso, buscamos avançar com as reflexões sobre a EI brasileira, especialmente o desenvolvimento das ações em defesa do direito à EI pública e de qualidade (BRASIL, 1988, 1996, 2009a, 2009b). Para tanto, partimos dos dados produzidos com a pesquisa de Mestrado em Educação, que derivam de 23 entrevistas com familiares,¹ enquanto aguardavam na fila de vagas para cadastro de matrícula em uma instituição de EI situada no contexto do Estado do Espírito Santo (ES). O texto foi desenvolvido em três seções. Na primeira, exploramos os dados relativos ao atendimento de vagas na EI em um município brasileiro, considerando os dados produzidos pelo Ministério Público Estadual. Na segunda seção, abordamos os enunciados dos familiares na fila de vagas para matrícula, tematizando as vivências e expectativas na conquista de vagas na EI pública. Nas considerações finais, apresentamos as possibilidades de realização de uma educação crítica.

Compreendemos que a escuta e a aposta na produção de sentidos marcam a luta em prol do direito à EI. Nessa perspectiva, os enunciados dos familiares se constituem como um movimento coletivo de (re)afirmação da EI, em uma conjuntura de resistência às constantes ameaças aos direitos sociais. Com base na perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 2010, 2011), buscamos, pela via do diálogo, constituir aprendizagens e indicativos para o desenvolvimento das ações na educação. Nesse sentido, compreendemos, com o desenvolver da pesquisa, que estamos imersos no circuito polifônico da vida, em que o encontro com diferentes e muitas vozes permite, por meio da escuta atenta, captar os sentidos, considerando que “[...] o sentido não se atualiza sozinho, procede de dois sentidos que se encontram e entram em contato” (BAKHTIN, 2011, p. 386).

Assim, na constante interação com os diferentes outros, ampliamos nossa formação e nos modificamos concomitantemente, pela energia e potência da vida. Com isso, perspectivamos a educação como um lugar de aprendizagens simultâneas, em que diferentes outros se encontram, tendo em vista a convivibilidade pela via do ato ético responsável, que nos permite uma participação singular no mundo, “[...] insubstituível e impenetrável da parte de um outro” (BAKHTIN, 2010, p. 96). Isso significa que nossa participação única no mundo possibilita uma transformação minha e do outro, compondo uma aposta na dialogia como afirmação do direito

¹Buscando atender aos princípios éticos de proteção aos sujeitos da pesquisa, apresentamos apenas a primeira letra de seus nomes, como forma de apresentação dos dados.

de existir, com condições que reconhecem o outro como um ser legítimo e de direitos, com sua história e cultura, premissas essas que integram o direito à EI, tema que abordaremos no próximo tópico.

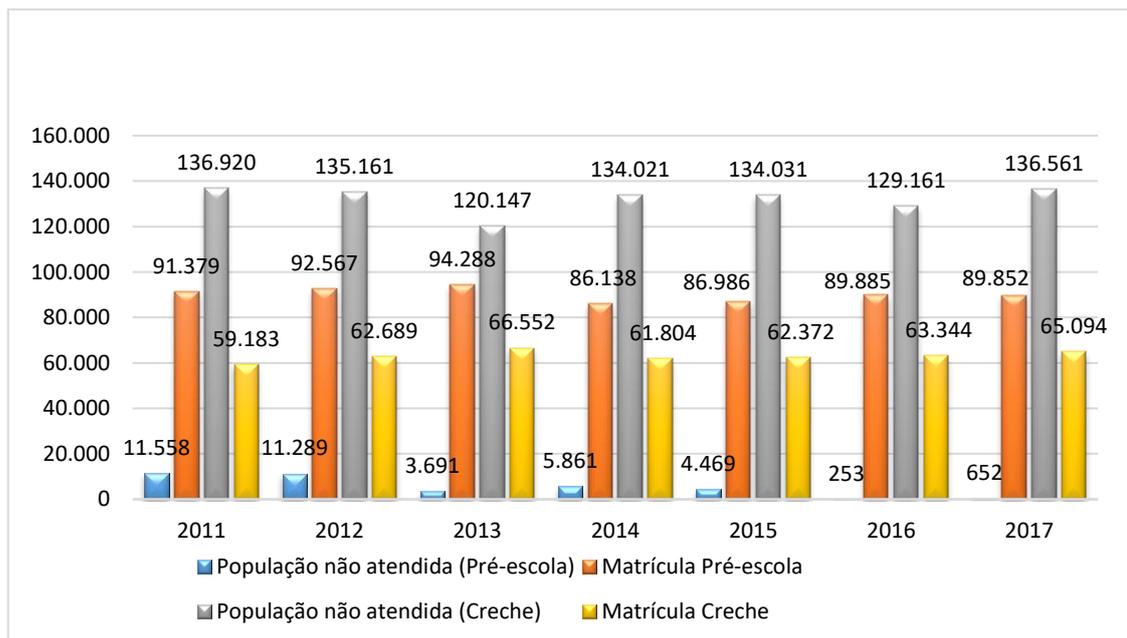
O direito à educação infantil e os desafios no atendimento educacional

Nesta seção, discutimos sobre os desafios da falta de vagas na EI, utilizando dados produzidos pelo Ministério Público Estadual, que vem trabalhando no acompanhamento de informações sobre o atendimento das crianças na EI. Nessa proposição, consideramos os dados relativos à dependência administrativa e detalhamos a oferta de EI no âmbito dos três entes federados. Com esses dados, percebemos os distintos esforços empreendidos na oferta de vagas, principalmente no que se refere aos números de matrículas realizadas no âmbito municipal. No conjunto, os dados sinalizam o crescimento de matrículas e dialogam com as responsabilidades entre os entes federados com a EI e os desafios às metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014). Sobre a organização e as competências para a oferta de EI, temos um cenário na legislação que define as responsabilidades entre as esferas de governo (BRASIL, 2009a), ficando a União responsável pelo ensino superior e ensino técnico federal, os Estados com o ensino fundamental e a EI ficaria a cargo dos municípios em regime de colaboração entre Estados e União (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996) é mais específica quanto a essas atribuições.

No que se refere à EI, observamos um panorama complexo, em que o regime de colaboração acordado em legislação é dificultado no encontro com os recursos e com as ações de redistribuição e repasse, implicando condições de oferta, atendimento e qualidade entre as etapas da educação básica. Os dados acenam para a necessidade de os cenários locais também dialogar com os desafios nacionais, como as demandas dos familiares e as opções de *oferta* disponíveis, que reverberam numa demanda latente (ROSEMBERG, 2001), especialmente na faixa etária da creche, que atende à criança de zero a três anos e ainda é pouco vista pelos números oficiais. Isso marca a urgência de *um lugar* para as crianças e acena ainda para a oportunização de políticas públicas que tenham sensibilidade com o tema e invistam na luta pelo fortalecimento da oferta e da qualidade da educação nessa etapa.

Considerando o número de 224.175 crianças de zero a cinco anos residentes no ES² pode-se verificar que o atendimento à faixa da pré-escola oscila no recorte temporal de 2011 a 2017, progredindo as matrículas no período de 2011 a 2013, permanecendo quase o mesmo número entre 2014 e 2015, com leve aumento em 2016 e 2017. Também diminui, significativamente, o quantitativo de população não atendida na pré-escola, aumentando em 2014 e reduzindo sequencialmente. Porém, o número de matrículas (possivelmente de vagas novas) não avança concomitantemente. Isso gera a análise de que, em 2017, diminui o quantitativo de crianças não atendidas e também se manteve quase o mesmo o número de matrículas nessa faixa. Com relação à creche, percebemos que o quantitativo de crianças não atendidas reduz entre 2012 e 2013, aumentando em 2014, 2015 e 2017, aproximando-se da demanda expressa em 2011. Demanda esta que cresce em 2017, juntamente com o quantitativo de matrículas nessa faixa, que era menor em 2011 e se eleva no período de 2012 a 2013 e de 2014 a 2017, conforme podemos constatar no gráfico seguinte:

² Dados produzidos pelo Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (Cape) do Ministério Público do Espírito Santo.

Gráfico 1 – Quantitativo de população e atendimento na Educação Infantil

Fonte: Ministério Público do Espírito Santo

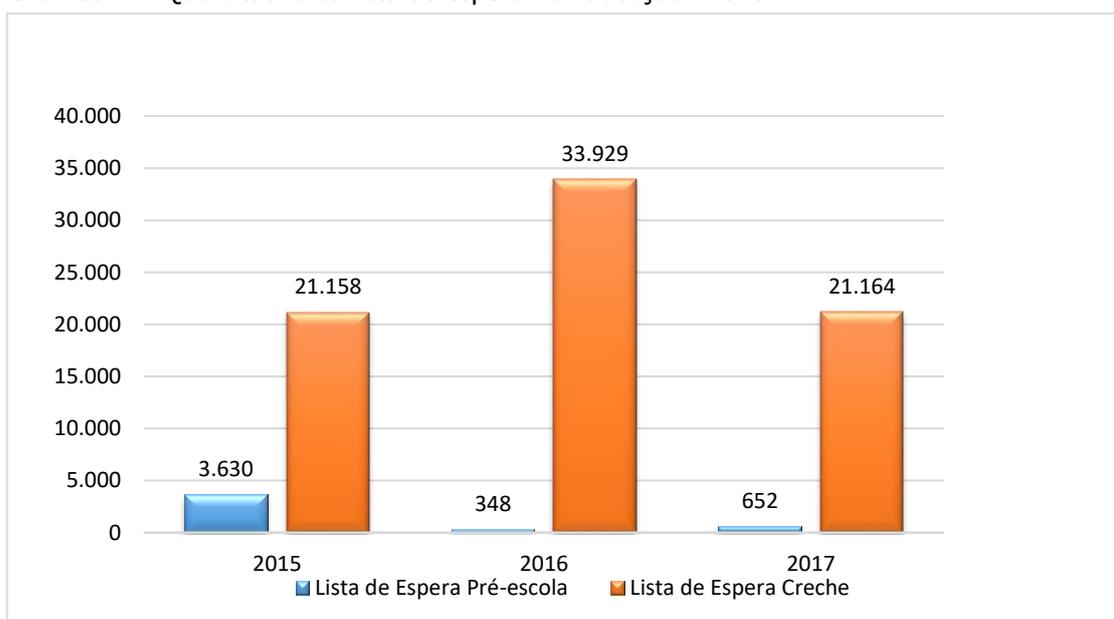
Portanto, vemos que, do ano de 2011 ao ano de 2013, tivemos crescimento no atendimento das crianças, principalmente na faixa etária da creche. Em 2014 também cresce o número de crianças matriculadas, demonstrando o interesse das famílias pela EI. Esses dados reverberam na lista de espera (famílias que solicitam a vaga na EI), apresentando movimento semelhante. No que se refere à pré-escola, apresenta a redução do quantitativo de população não atendida em 2016 (conforme número de nascidos indicados pelo IBGE), provavelmente pelo impacto referente à Meta 1 do PNE (BRASIL, 2014), que diz sobre a expectativa de universalização do atendimento, bem como da obrigatoriedade de matrícula já prevista via LDB para a faixa etária de quatro e cinco anos (BRASIL, 1996). cremos que essa meta gera impacto nos dados da lista de espera, assinala intensa redução da lista em 2016, o que surpreende, dobrando o seu quantitativo no ano de 2017, mesmo com as assertivas em busca de sua universalização, demonstrando, ao mesmo tempo, o reconhecimento social expresso no interesse pelas famílias por vagas na EI.

Em resumo, conforme os gráficos anteriores, a população não atendida na pré-escola, de modo geral, diminui, e na creche oscila. Com isso, aventamos que, ao reduzir o quantitativo de crianças não atendidas na pré-escola, aumenta, proporcionalmente, o número de matrículas na creche, ou seja, criam-se poucas vagas, mesmo com a demanda pela EI se demonstrando tão intensa nas duas faixas etárias. É, somente em 2017 que tanto as matrículas da pré-escola, quanto o número de crianças na faixa da creche ascendem, o que repercute nos dados do quantitativo da lista de espera que, mesmo com diminuição na faixa da creche, ainda informam a demanda pela EI. Assim persiste o desafio de efetivação de matrículas, pois o direito de acesso à EI é de todas as crianças, embora ainda não obrigatório na faixa de zero a três anos. No diálogo com os dados, vemos que os indicadores de lista de espera nessa faixa ainda são muito altos. Diferente dos dados relativos à pré-escola, o quantitativo de crianças na lista de espera na faixa da creche oscila, aumentando em 2016 e diminuindo, novamente, em 2017,

corroborando os dados de atendimento em ascensão apresentados no gráfico anterior e, principalmente, informando a busca das famílias pela matrícula dos bebês na EI.

Desse modo, constatamos o impacto que o PNE gera nos dados da lista de espera, uma vez que também estipula a meta de atendimento de 50% para a faixa etária de zero a três anos. Nesse cenário, temos um contexto bem diverso, tanto no que tange às formas e acesso à EI, quanto aos números de crianças matriculadas e atendidas. Temos municípios que possuem menos que dez crianças na lista de espera e, outros, com mais de mil crianças cadastradas na listagem, conforme observamos no gráfico seguinte:

Gráfico 2 – Quantitativo da lista de espera na Educação Infantil

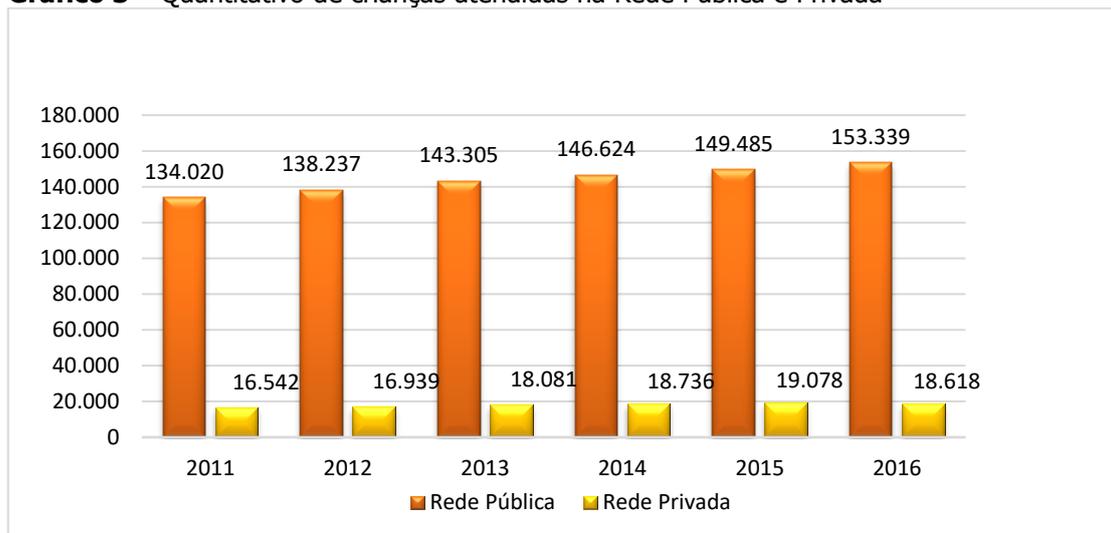


Fonte: Ministério Público do Espírito Santo.

No bojo de uma disparidade de matrículas que também é nacional (NUNES et al., 2011, p. 47), isso nos mostra a complexidade do campo que se move em meio às especificidades de cada município, de cada gestão e, “[...] nesse jogo, marcamos uma afirmação social progressiva da EI no cenário brasileiro em meio à luta por condições para seu desenvolvimento” (CÓCO, 2013, p. 189). Nesse panorama, aventamos que o fenômeno de aumento de matrículas na pré-escola e de oscilação na faixa da creche provoca impacto na lista de espera, principalmente por não se abrirem muitas vagas novas. Além disso, as diferentes estratégias de atendimento utilizadas pelos municípios e a alteração das turmas de creche para atender à pré-escola reiteram a ideia da desigualdade do acesso à educação básica (NASCIMENTO et al., 2011). Com isso, ainda que sejam levados em conta os diversos esforços para que os municípios consigam atender às metas perspectivadas no PNE (BRASIL, 2014) – especialmente a Meta 1, que prevê a universalização do atendimento das crianças de quatro a cinco anos até 2016 e a ampliação até 2020 da oferta de EI, de forma a atender a 50% da população até três anos – preocupa-nos a questão do atendimento à EI, persistindo a indagação sobre o fenômeno observado no ano de 2017, em que se eleva o quantitativo de matrículas atendidas em ambas as faixas, ainda que seja pequeno o aumento em matrículas na creche.

Com isso, recorremos ao comparativo dos dados de matrículas da rede pública e da rede privada na etapa da EI. Com o Gráfico, podemos constatar que o atendimento na rede pública é muito mais elevado que na rede privada, demonstrando a relevância do serviço público educacional na sociedade. Porém, com olhar apurado, verifica-se que o número de atendimento na rede privada se eleva, especialmente no ano de 2015, quando temos mais crianças na fila de espera na pré-escola pública, conforme dados do gráfico anterior, como pode ser ratificado no gráfico seguinte:

Gráfico 3 – Quantitativo de crianças atendidas na Rede Pública e Privada



Fonte: Ministério Público do Espírito Santo.

Com essa análise, podemos refletir que a busca pela rede pública teve aumento significativo, se comparada com o percentual que cresce na rede particular, demonstrando a luta pelo direito à educação pública. No que se refere ao atendimento nas faixas etárias em interface com o atendimento na rede pública e privada, de modo geral, o atendimento na rede pública também cresce, ainda que de forma pouco significativa. No recorte por faixas etárias, observamos que, corroborando os dados de atendimento da rede pública, o número de crianças que frequentam a pré-escola privada vem reduzindo com certa oscilação (ora aumentando, ora diminuindo), em um compasso que responde aos dados de atendimento em ascensão na rede pública, demonstrando o esforço do setor público com a educação, considerando a obrigatoriedade da oferta, conforme Lei nº 12.796/13, que oficializa a Emenda Constitucional nº 59/19.³ Assim, reitera-se a compreensão de que, “[...] no cenário atual, temos o desafio de aumentar o acesso (especialmente na faixa da creche) e, simultaneamente, melhorar a qualidade, com vistas à garantia de um acesso com qualidade para todas as crianças” (CÓCO, 2013, p. 189).

Desafio este que envolve não só a observação das estratégias encontradas para o atendimento das crianças no setor público, mas, principalmente, o impacto do déficit de atendimento da rede pública na iniciativa privada. Ao olharmos para os dados de crianças não atendidas, observamos que ainda temos uma grande demanda de crianças fora das instituições formais de EI, tensionando o jogo social do atendimento educacional. Assim, afirmamos a EI como um direito das crianças, como uma etapa a ampliar as aprendizagens e interações entre as crianças e o

³ Com essa lei torna-se obrigatória a inserção de crianças na EI a partir dos quatro anos.

mundo, potencializando o processo educativo. Portanto, permanece a necessidade de estimular políticas públicas de atendimento a essa faixa etária e também politizar nossas discussões, na complexidade das realidades existentes, considerando os contextos em que se situam e o direito de atendimento e de educação com qualidade às crianças (CÔCO, 2013).

Com o quantitativo apresentado, persiste o desafio de atendimento especialmente na faixa da creche pública. Articulamos esses números com as conquistas do direito à educação, que, em uma breve contabilidade da população existente, resulta em uma análise de que seriam necessárias, aproximadamente, 300.000 vagas distribuídas nos 78 municípios do Estado pesquisado (ES), para atender às crianças de zero a cinco anos já nascidas, sendo o quantitativo maior situado na faixa de creche. Ou seja, além da demanda expressa, precisamos também enfatizar a demanda latente que, segundo Rosemberg (2001, p. 188) “[...] é aquela que não se expressa espontaneamente, por alguma razão (distância entre domicílio e equipamento, qualidade ou tipo de serviço oferecido etc)”.

Nesse sentido, se calcularmos o número de crianças nascidas, a perspectiva populacional em contraste com o número de vagas existentes nas instituições e o número de crianças nas filas de espera, perspectivamos a necessidade de novas vagas, a urgência de novas instituições e, conseqüentemente, de formação de mais profissionais para a EI, pois, com o número de unidades que temos, não daríamos conta de ofertar o quantitativo de vagas necessárias, no desafio de atender à nova demanda educacional (NUNES et al., 2011).

Nesse cenário, os dados indicam que há progressivo aumento no número de crianças nascidas, gerando expectativa de crescimento do índice da chegada de crianças na creche. Para nós, esse desafio induz às estratégias de acolhimento e organização, o que motiva o diálogo sobre essas questões e os sentidos que vão emergindo no decorrer das ações em curso, com vistas a não retroceder ao caminho percorrido, pois, no contexto de atendimento, grande é a “[...] influência de fatores externos que contribuem para a desestabilidade da EI, que incluem estratégias para manter baixos custos” (ROSEMBERG, 2002, p. 189).

Portanto, conforme viemos destacando desde o início, carecemos de ações que viabilizem espaços de EI, com atenção para a urgência que informam os índices apresentados e a qualidade prevista nas legislações do campo (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b). Com a demanda apresentada, especialmente demonstrada pelas famílias no interesse nas matrículas, afirmamos a necessidade de novas vagas no campo da EI, principalmente na faixa etária de zero a três anos, que, como se apresenta, é a que se torna mais expressiva.

Sabemos que, buscando atender à demanda, os municípios têm se organizado com algumas estratégias que se mostram necessárias por não possuir a estrutura adequada para comportar a procura pela EI que pulsa na demanda expressa nas listas de espera. Com isso, conforme os dados apresentados, a permanência da problemática da falta de vagas na EI evidencia os desafios de sua expansão. As famílias entrevistadas nas filas para cadastro de vagas na EI expressam enunciados que nos preocupam, especialmente por estarmos situados no contexto de ameaças constantes aos direitos sociais (FREITAS, 2016), questão que passamos a explorar na seção que segue.

A escuta das famílias como possibilidade de resistência coletiva em prol da educação crítica

Nesta seção, situados no contexto de desafio no atendimento ao interesse das famílias em matricular as crianças na EI, recorreremos aos enunciados dos interessados em cadastrar as

crianças, na fila de vagas para a EI, buscando indagar sobre os sentidos que motivam essa iniciativa. Na conclusão da pesquisa, realizada em um bairro de classe popular, de um dos municípios do Espírito Santo, os 23 familiares que aguardavam o cadastro para vaga na EI destacam elementos vividos, informando a EI como um lugar de aprendizagens para as crianças e também para as famílias. Em síntese, eles ressaltam a expectativa em conseguir a vaga em uma EI pública, como possibilidade de a criança vivenciar a infância e ter melhores condições de vida. Nesta seção, recortamos a ideia de parceria com as famílias como elemento possível de resistência coletiva, com vistas ao desenvolvimento da educação crítica. Assim, buscamos refletir que as parcerias estabelecidas entre familiares e profissionais da EI potencializam a luta em prol do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, reforçando o seu direito ao acesso à educação.

É juntamente com as crianças e suas famílias que desenvolvemos o trabalho na EI, encorpando os processos de reconhecimento e de afirmação dessa etapa da educação básica. Na medida em que reconhecemos as crianças como sujeitos históricos, produtores de cultura, consideramos a família parceira nesse processo, por contribuir na dialogia cotidiana da instituição, tendo o bem-estar e o aprendizado das crianças como horizonte comum. Portanto, percebemos que, dessa forma, podemos reverter a lógica dos desmontes provocados na educação, fortalecendo as iniciativas de oferta na EI pela via da educação básica, pública e gratuita.

Reconhecemos os esforços do Governo Federal em investir na EI, por exemplo, com as ações do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância),⁴ que possibilitou a criação de espaços de atendimento com estrutura articulada às bases legais da EI, e também o Programa Brasil Carinhoso,⁵ que possibilitou a transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da EI.

Porém, também constatamos que, aparentemente muito sedutoras, desvirtuam o caminho até então percorrido, desestabilizando os direitos conquistados no percurso de lutas, ameaçando o histórico de constituição da EI, colocada como uma das principais prioridades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (afastando-se, assim, da área da Educação). Citamos, por exemplo, o Programa "Criança Feliz" que, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Social, tem como objetivo "[...] mudar a realidade de milhares de crianças de baixa renda".⁶ Também apontamos a inclusão de professores da EI no grupo de professores docentes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), considerando o n. 826, que dispõe sobre o Pnaic.

Com isso, a iniciativa busca "[...] garantir as perspectivas e as especificidades do trabalho de leitura e escrita com as crianças, [cujo objetivo é] qualificar educadores infantis para planejar e executar ações pedagógicas fundamentadas nas concepções atuais dessa etapa da educação básica".⁷ Percebemos, assim, que essa portaria evidencia as iniciativas de realização de avaliações em larga escala, realizadas por meio de testes padronizados, controlando as ações e as práticas pedagógicas desenvolvidas na EI. Tendo em vista o "[...] anúncio da criação

⁴ Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/programas/proinfancia>. Acesso em: 13 set. 2017.

⁵ Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/programas/brasil-carinhoso>. Acesso em: 13 set. 2017.

⁶ Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/agosto/crianca-feliz-acompanhamento-faz-diferenca-para-a-vida-toda>. Acesso em 13 set. 2017.

⁷ Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador_versao_final_20170720.pdf. Acesso em: 13 set. 2017.

imediate de um comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância”,⁸ citamos ainda, como pano de fundo dessa conjuntura, a discussão da transferência da gestão das creches para o Ministério do Desenvolvimento Social. A realização das parcerias público-privadas foi a principal sugestão para a administração das unidades. Nesse contexto, compreendemos que as perspectivas para a EI, nos desafios de sua expansão, não são poucas e contam com um cenário de avanço da política neoliberal, que valoriza os programas de parcerias público-privadas em detrimento da elaboração de políticas públicas (ANJOS; CRUZ, 2017).

Esse cenário é agitado pela busca constante das famílias por vagas na EI. Observando a trajetória de conquistas nessa etapa, especialmente pela via da relação com as crianças, percebemos que o desejo dos familiares pela matrícula na EI cresce muito (especialmente na faixa de creche – não obrigatória), tensionando os indicadores de atendimento, como vimos na seção anterior. Desse modo, passamos aos dados produzidos na pesquisa com os familiares, observando o jogo social que conflui para a permanência da problemática da fila, evidenciando a grande demanda na EI apresentada na seção anterior, trazendo ainda temas associados:

Por que, até então, a gente só consegue vaga para um ano se enfrentar fila, porque, se colocar no nome na espera, não adianta, não. Porque... fica sem. [...] na época pegavam com seis meses, na época. Agora que eles pegam com um ano [porque não tem vaga para todos]. Às vezes chega gente aqui e já não tem mais, né?! Porque são 11 vagas só. Igual, cheguei quatro horas da manhã, tem gente que chegou às cinco. Entendeu?! Não consegue. Das 11 vagas, acabou. Às vezes tem gente que desiste, mas é difícil! Quer dizer, a gente precisa, né!? Quem trabalha, precisa! [...]. Aliás, minha mãe chegou às quatro horas para mim. Eu vim para render ela (S1, 37 anos):

Os dados indicam que, mesmo com as estratégias de senha, de organização de cadastro prévio e de fila de espera, permanecem os desafios na efetivação do direito à EI, principalmente os relativos aos critérios no atendimento e quantitativo de vagas para crianças pequenas (de zero a três anos). Sabemos que, com a obrigatoriedade de oferta das vagas de quatro a seis anos, ocorreu o fechamento de várias turmas de crianças pequenas,⁹ ao invés da abertura de novas vagas. Se antes tínhamos como perspectiva a universalização da EI, hoje temos o quadro de extinção das vagas destinadas às crianças de zero a três anos, uma vez que muitas vagas destinadas a esse público passaram às turmas de quatro a seis anos, buscando atender à oferta obrigatória e ignorando as metas de atendimento de 50% na faixa de creche (BRASIL, 2014). Isso gera o quadro de desafios apresentado nos indicadores, mapeados na seção anterior, que são tensionados com os enunciados dos familiares.

Uma vez que o quadro de vagas na EI requer atenção, acreditamos que não basta advogar apenas pela maior oferta de vagas, mas lembrar sempre os critérios associados a essa oferta (BRASIL, 2009b). Por exemplo, assegurar a criação de instituições próximas à residência das crianças, tendo em vista que nem todos os bairros possuem escolas de EI, tampouco as instituições que possuem conseguem atender à população de todo o bairro, constituindo-se, portanto, mais um desafio na oferta educacional:

Eu acho que deveria ser aqui a vaga, onde mora [...]. A minha irmã inscreveu eles antes de nascer, mas não saiu vaga ainda, não! [...] Tem dois anos que

⁸Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/45881-presidente-temer-anuncia-medidas-em-inclusao-digital-formacao-docente-e-educacao-infantil>. Acesso em: 13 set. 2017.

⁹Disponível em: <http://www.sindipublicos.com.br/carta-aberta-da-educacao-capixaba-contr-o-fechamento-de-escolas-e-turmas/>. Acesso em: 13 set. 2017.

está inscrita aqui, só agora foi chamada. [indagada se conhece mais pessoas que estão na mesma situação, respondeu]: Quantas pessoas você quer? [risos] [...] Ih, conheço umas 20 (S8, 52 anos).

Assim, enfatizamos que a demanda pela EI é intensa e a composição da fila de vagas na frente da instituição mobiliza diferentes formas de enxergar o interesse pela primeira etapa da educação básica. A resistência da fila de vagas na EI exemplifica a ideia de que:

À medida que a possibilidade da oferta se mostra concreta, a demanda se avoluma, ou seja, com a presença das unidades de EI nas comunidades, as famílias passam a buscar, mais consistentemente, seu direito de usufruir desse espaço. Esse movimento vai se espraiando de modo a indagar o direito de todas as crianças à EI, visibilizando demandas de segmentos poucos incluídos até então [...] (CÓCO, 2013, p. 186).

Ao afirmarmos que a demanda é intensa e a necessidade de mais vagas que atendam à EI é premente, também pontuamos sobre a qualidade da formação e do currículo desenvolvidos na EI. Entendemos que, junto à abertura por mais vagas, perspectivamos a qualidade no trabalho com a EI, sendo pertinente o cuidado e a atenção com as investidas vinculadas aos programas promovidos pelo setor de Assistência Social ou pelas perspectivas de escolarização da EI.¹⁰ Com isso, entendemos a dialogia como movimento de resistência, em um processo que busca evitar retrocessos, crendo na parceria com os familiares para a oferta de qualidade, realizada pelo setor de educação, reconhecendo a especificidade e a natureza do trabalho pedagógico educativo na EI.

Com a pesquisa, vimos a viabilidade da resistência pela via do processo dialógico, na qual foi possível observar a satisfação dos familiares com o trabalho realizado na instituição. A observação do bom desenvolvimento das crianças é uma motivação forte pela busca de vagas na EI. Os familiares indicam reconhecer os avanços da instituição pública nos últimos anos, destacando-se as práticas efetivadas e o impacto dessa possibilidade de formação na trajetória das crianças, ressoando na vida da comunidade:

É... Para manter o meu emprego. Eu preciso trabalhar. E por questão da qualidade também né?! Porque eu podia muito bem é... Continuar deixando ela lá, onde ela está, porque minhas despesas só vão aumentar, porque agora, vou ter que pagar topic. Mas eu vim atrás de qualidade, né?! De uma estrutura melhor para minha filha (S4,4 31 anos):

Eu batalho por uma vaga aqui nesta creche. Porque eu sei da qualidade, faço ideia de toda estrutura que a creche tem. E, além de tudo, tem uma fama muito boa, essa creche. Todo mundo fala muito bem dessa creche. Tanto é que eu foquei, para conseguir nessa daqui! Claro que se tiver outras vagas, eu até estava tentando em outros lugares, mais a minha preferência é aqui por conta de todo histórico que essa creche tem. Ela é muito elogiada, então, eu queria muito aqui (S4, 31 anos):

Os enunciados dos familiares nos mobilizam na defesa do direito à educação e de ações formativas para a comunidade, num princípio de intensificar as estratégias de realizar o atendimento pela via da instituição de EI pública. Dessa forma, vamos compreendendo a relevância desse investimento:

¹⁰Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/07/12/mec-escolariza-a-educacao-infantil-ii/>. Acesso em: 13 set. 2017.

Eu acho que é assim... É um direito dela. E estávamos até conversando, porque minha mãe não queria colocar ela agora no início do ano, e ela falou: 'Ah, eu vou colocar ela lá pelo meio do ano, porque acaba que sobra vaga e não precisa entrar na fila. Aí eu disse para ela que quando mais cedo começar, melhor para ela. Assim ela vai se desenvolver melhor. Ela fica nessa outra espécie de creche, mas não tem a estrutura pedagógica, não tem tudo disso, e é importante. A gente vê que as crianças que passaram por isso se desenvolveram muito melhor. Eu comecei e fui para creche com um ano e meio. E eu sempre fui muito boa na escola. Eu acho que foi desde o começo. Então eu acho que foi muito mais por isso, então eu acho que é muito importante para o desenvolvimento dela (S5, 21 anos).

Considerando “[...] que a educação, além de difundir o saber, reforça o resistir” (BRANDÃO, 1981, p. 106), acreditamos no tempo da EI como um lugar de referências às crianças e suas famílias. Um lugar viável à produção de conhecimento, fazendo jus à ideia da educação pública, gratuita e de qualidade, que, sem pré-requisito de seleção, preza pelas interações e brincadeiras como principais eixos do trabalho pedagógico (BRASIL, 2009a), sustentada pelos princípios éticos, estéticos e políticos, pela via dos princípios da organização de espaço, tempo e materiais:

Ah, porque eu realmente acredito que quando a criança vai para a escola bem cedo, que é uma escola de qualidade, uma creche de qualidade, as chances dela, lá na frente, são bem melhores [...]. E às vezes em casa a gente não consegue estabelecer isso, porque tem aquele monte de coisa para fazer. Então acho que é um incentivo para a leitura, não agora. Mas a professora conta história. Então ela acaba cobrando dos pais, dos irmãos, que façam a mesma coisa em casa... (S5, 21 anos).

Assim, buscando desenvolver a ideia da EI como “[...] um projeto educativo que acredita na criança, que tem uma visão positiva das famílias e que, nas relações e práticas cotidianas, está comprometido com o bem-estar de crianças e adultos” (NASCIMENTO et al., 2011, p. 203), vimos que os familiares indicam acreditar no curso da EI como uma vivência importante. Esse movimento informa a necessidade de mais instituições que atendam à EI e que esse atendimento considere o diálogo com os familiares na partilha do trabalho realizado (BRASIL, 2009a), gerando uma aposta em uma educação pública que dialogue com a comunidade e que tenha em seus princípios o respeito ao desenvolvimento das crianças e seus direitos (BRASIL, 1990, 1996, 2009a, 2010), conforme informa S8 (52 anos): “Essa creche aqui é maravilhosa, o ensino dela. Minha filha saiu daqui lendo tudo, sabendo de alfabetização, saiu sabendo tudo, graças a Deus!”. S10 (25 anos), emocionada nos disse: “A alimentação tem um cuidado maravilhoso! A alimentação, tudo balanceado! Tudo que eles têm aqui! A estrutura da escola! Que é maravilhosa! Os parquinhos! As festas que tem! Ah! É tudo maravilhoso! Adoro”.

Nesse processo de escuta, vemos se configurar uma dialogia que mobiliza uma formação em conjunto, num movimento em que buscamos uma cultura de conhecer, de fortalecer e de reconhecer o trabalho nessa etapa da educação básica, como um direito fundamental na vida da criança e de suas famílias, advogando pela sua ampliação e prezando pelo cumprimento de suas metas (BRASIL, 2014). Desse modo, acreditamos na formação mútua entre família e instituição, no esforço de (in)formar os fundamentos que organizam o trabalho especialmente o trabalho constituído pelas interações e brincadeiras (BRASIL, 2009a), bem como os objetivos que constituem as ações desenvolvidas, procurando romper com a cultura que credita à EI ações apenas de guarda, restritivas a ações assistencialistas, que desconhecem as intencionalidades pedagógicas trabalhadas.

Destacamos que muito tem sido conquistado nessa interlocução, o que acena para a visibilidade e o reconhecimento da EI. Porém, não podemos deixar de mencionar os desafios associados, que, na “[...] tendência à privatização dos serviços públicos” (XAVIER, 2003, p. 248), se desenvolvem no terreno fértil da privatização em tempos de avanço dos projetos neoliberalistas, afastando as premissas de realização da educação com base nos princípios da pluralidade.

Cientes de que, no que se reporta às formas de privatização, “[...] as pesquisas desenvolvidas no Brasil evidenciam a concretização dessa tendência, mais particularmente no que se refere aos currículos das escolas de educação básica” (SCAFF, 2017) e, considerando a expansão das parcerias público-privadas na educação (ANJOS; CRUZ, 2017), podemos inferir que as iniciativas da política neoliberal, anunciadas no início da seção, buscam envolver a família em seus discursos. Especialmente no contexto brasileiro, faz-se oportuna a luta em defesa dos princípios contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, pois, por essa via, são prezados os princípios de “[...] direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática” (BRASIL, 2009a). Sendo assim, a luta por uma educação crítica conta, portanto, com o debate necessário sobre as estratégias encontradas no desafio da expansão da EI brasileira.

Concluindo esta seção, antes de passar às considerações finais, marcamos nossa crença na busca da dialogia com as famílias e, na sensibilidade e especificidade desse atendimento, enfatizamos a luta em prol da resistência ao autoritarismo que ameaça a sociedade. Tematizamos esta reflexão no contexto de produção de propostas que objetivem fortalecer a aposta na instituição pública, conforme nos inspiram os dados:

Olha, por isso mesmo eu não procurei nenhum fundo de quintal, vamos dizer assim... Essas creches aqui, do bairro [...]. Eu falo creche de fundo de quintal, porque talvez não tenha, não tenha profissionais da área de Pedagogia, formados, para estar ali ensinando, não só cuidando. Não quero que ninguém cuide dele. Cuidar é eu e o pai dele, no caso, né?! Eu quero algo mais. Eu quero um profissional dentro de sala, formado em Pedagogia! É por isso que eu procurei a creche da Prefeitura (S9,35 anos).

No reconhecimento da educação pública, ressaltamos que, além dos documentos oficiais que destacam a necessidade da formação inicial para o trabalho com as crianças (BRASIL, 1996, 2009a, 2015), consideramos a formação como um critério fundamental no trabalho docente. Assim, advogamos a favor de uma formação de professores que se desenvolva a partir das vivências na instituição, de modo a considerar as singularidades de cada profissional, que deve ser “[...] sujeito de suas práticas” (ALMEIDA, 2006, p. 180), com saberes constituídos na docência (NÓVOA, 2009).

Por conseguinte, mostra-se cada vez mais necessários a destinação de recursos e investimentos para a educação, buscando desenvolver desde a infraestrutura até as propostas de formação, gestão e suporte ao desenvolvimento das práticas pedagógicas. Afinal, a EI é a primeira etapa da educação básica e, pela via das interações e brincadeiras (BRASIL, 2009a), configurando-se como um espaço de resistência em potencial, possibilita condições para desenvolver uma educação crítica, tema este que sintetizamos nas considerações finais, a seguir.

Considerações que marcam o direito à educação pública a partir dos sentidos dos familiares sobre a educação infantil

Respondendo às indagações que levaram à constituição deste texto, com o objetivo de abordar a problemática da falta de vagas na EI em interface à busca dos familiares pela matrícula das

crianças, consideramos a aposta na educação pública e na formação das crianças e suas famílias como uma das possibilidades de resistência ao autoritarismo que ameaça a sociedade. Associado a isso, reconhecemos que não podemos cessar a luta em prol da educação crítica, que reconheça as crianças como sujeitos históricos e de direitos (BRASIL, 2009a), marcando, desse modo, a relevância da EI para a vida das crianças e de suas famílias.

Buscamos pautar, no escopo deste artigo, a defesa pela persistência no tema da oferta da EI, considerando que, mesmo a tensos e intensos debates sobre a qualidade da EI pública, compreendemos a necessidade de reiterar os avanços nas duas últimas décadas, reverberados nas densas publicações da área, no conjunto de referenciais acumulados e na produção e história de superação que marcam a trajetória do conhecimento na EI.

Com isso, alertamos para a necessidade de redobrada atenção e fortalecimento das causas próprias dessa etapa da educação, dado o contexto político em que estamos situados, o que nos instiga a tomar uma posição e resistir às provocações que mobilizam retrocessos, que ameaçam 20 anos de EI como primeira etapa da educação básica. Ao fortalecer o coro de que não aceitamos o desmonte da educação pública, marcamos a temática do atendimento às crianças na EI, o que nos força a mobilizar contínuo acompanhamento dos quadros de atendimento e de mobilização à abertura de mais vagas, bem como a reiterar a qualidade da educação ofertada.

O desafio da expansão é pertinente no contexto dos municípios e intensifica a necessidade de políticas que visem à ampliação e expansão das unidades públicas de atendimento, pois, na medida em que se avoluma a demanda pelas instituições públicas, também se torna expressiva a criação de espaços e de serviços alternativos que buscam forjar a ideia de um atendimento de qualidade às crianças, em face à insuficiência de vagas públicas na EI, especialmente articulados com setores privados ou realizados em contratos e convênios com instituições e espaços religiosos.

Nesse sentido, iniciamos este artigo afirmando o propósito de refletir sobre a inserção das crianças na EI, a partir da perspectiva dos familiares. Com essa proposição, buscamos dados que amparassem nossas reflexões e nos ajudassem a comunicar a jornada de desafios que se delineia no campo. Assim, os dados referentes à oferta de matrículas na EI indicam a grande concentração de vagas na pré-escola, portanto os municípios ainda têm muito a investir em estratégias de atendimento e qualidade, haja vista as metas e a pressão da comunidade em obter vagas.

Nesses desafios, as condições de instalações e estratégias existentes têm se apresentado insuficientes para o tamanho da demanda (em constante ascensão), lembrando as premissas legais em pauta (art. 206 da Constituição Federal, norma replicada no art. 3º da LDB, que prevê a igualdade no acesso e condições de permanência da criança na instituição). No Espírito Santo, essas estratégias tomaram diferentes nuances nas instituições, de modo que as senhas associadas a cadastro de reserva (também denominado lista de espera) são as mais procuradas. Consistem em receber as famílias nas instituições de EI, em datas previstas por cronograma (apresentado em edital). As famílias se deslocam até a instituição de interesse, pronunciam o desejo pela vaga para a criança e recebem um retorno, considerando o quantitativo de vagas ofertadas.

Com isso, busca-se atender à demanda por vagas, em que a fila se apresenta como um mecanismo utilizado em vagas novas, pois, com as crianças maiores, é realizado um *remanejamento automático*, de acordo com a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação (BRASIL, 2009a). Nesse processo de construção

de metodologias de acesso, que não se dá isolado das questões sociais, vemos várias organizações emergindo com desafios, perspectivando distintos movimentos nessa expansão.

Junto a isso, intensificam-se as notícias da mídia com vistas ao sucateamento da educação pública. Mascaradas com interesses privados, essas notícias avançam com a lógica neoliberal de investimento, fortalecendo, por exemplo, a oferta via iniciativa privada. Assim, apontamos a necessidade de os municípios se organizarem a fim de garantir uma oferta educacional de qualidade para as crianças, com olhar atento às demandas da EI referente ao quantitativo de instituições, à conquista de um prédio próprio da EI pública, à atenção às ofertas de material didático e avaliação, à demanda por mais profissionais, à valorização do profissional e da formação inicial e continuada, ao incentivo ao avanço nos estudos dos docentes e ao reconhecimento da importância de melhoria das condições de trabalho.

Os dados apresentados indicam a demanda crescente de crianças nascidas e movimentam reflexões às políticas públicas. Não sem tensões, esse movimento tem gerado exercício nas estratégias de acesso e também desafios. Desafios que se dão principalmente no processo de atendimento às crianças com a construção de novas instituições, respeitando os indicadores de qualidade (BRASIL, 2009b). Assim, constatamos que há um fazer cotidiano dentro das atividades sociais. Um vai complementando o fazer do outro, num processo de construção que não se dá isolado – conta com a participação intensa da comunidade e do corpo docente, dos movimentos sociais, das universidades e das políticas públicas.

Os municípios revelam avanços quanto à criação de senhas, a participação da comunidade em alguns Conselhos da instituição para deliberação do quantitativo de vagas a ser ofertado e, ainda, em determinados municípios, surgem estratégias de outros *modos de inscrição*, que buscam evitar o acúmulo de famílias na escola nas vésperas da data de matrícula. Porém, os dados destacam que as estratégias adotadas não têm dado conta de suprir a demanda dos municípios, até porque não há infraestrutura para atender às exigências da comunidade e dos documentos legais. A faixa etária que tem se mostrado com mais urgência de providências é a de zero a três anos, de forma intensificada. Esse problema é com os dados de redução dos números de vagas e as metas em curso na educação.

Assim, advogamos por uma publicização e não limitação da quantidade de inscritos nas filas de espera, pois muitas famílias ainda não têm acesso à informação sobre esse direito da criança. Nesse sentido, concluímos, inspiradas nos ensinamentos bakhtinianos, entendendo que a dialogia com os diferentes outros que vivem a EI mobiliza possibilidades de aprendizagens na constituição de uma educação crítica, motivando-nos a reafirmar a luta pela democracia e pela qualidade da oferta educacional, como também a resistir às ameaças aos direitos educacionais conquistados. Salientamos que, longe de esgotar as discussões associadas a essa temática, buscamos, com essa oportunidade, refletir sobre o tema, dialogar sobre a conjuntura de constantes ameaças à democracia, entendendo-a como mais uma prática de fortalecimento da educação e da produção de conhecimento no bojo do tema democratização da educação básica.

Acreditamos que o pensamento humano só se torna pensamento autêntico em contato vivo com o pensamento dos outros, materializado na voz dos outros, ou seja, na consciência dos outros, expresso na palavra. Por isso, para nós, cada movimento comunicativo tem se revelado como uma (ou mais) possibilidade de reflexão. Essa é mais uma aposta na compreensão de que a cada encontro com o outro acende uma nova/outra ideia de ação na luta para resistir aos desafios tenebrosos do nosso tempo.

Referências

ALMEIDA M. I. de. Apontamentos a respeito da formação de professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Formação de educadores: artes e técnicas, ciências políticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 177-188.

ANJOS, C. R. dos A.; CRUZ, R. E. da. Parcerias público-privadas no contexto educacional: a expansão em discussão. *Roteiro*, Joaçaba, v. 42, n. 2, p. 281-310, maio. 2017. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/13265/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BAKHTIN, M. M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL, Conselho da Educação. Ministério da Educação. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&Itemid=30192. Acesso em: 19 jul. 2015.

BRASIL. Conselho da Educação. Ministério da Educação. *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009a*. Estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&qid=2298&Itemid. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei do Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 19 jul. 2014.

BRASIL. Plano Nacional da Primeira Infância. *Rede Nacional da Primeira Infância*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2015.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado; 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Senado Federal. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 30 jul. 2013.

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* nº 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CÔCO, V. Conquistas, avanços e disputas na política de educação infantil: transformações na docência... Em nós. In: RANGEL, I. S.; NUNES, K. R.; CÔCO, V. *Educação infantil: redes de conversações e produções de sentidos com crianças e adultos*. Petrópolis, RJ: De Petrus, 2013. p. 181-200.

FREITAS, L. C.de. Tentativas de controlar ideologicamente a escola avançam. *Blog do Freitas*. 6 de outubro de 2016. Disponível em:

<https://avaliacaoeducacional.com/2016/10/06/tentativas-de-controlar-ideologicamente-a-escola-avancam/>. Acesso em: 6 out. 2016.

NASCIMENTO, M. L.; CAMPOS, M. M.; COELHO, R. de C. de F. As políticas e a gestão da Educação Infantil. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 9, p. 201-214, jul. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/issue/view/3>. Acesso em: 5 jan. 2015.

NÓVOA, A. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

NUNES, M. F. R. et al. *Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília: In: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

Acesso em: 16 de outubro de 2013. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214418por.pdf>. Acesso em 10 out. 2015.

ROSEMBERG, F. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 16. p. 26 jan. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a02>. Acesso em: jan. 2013.

ROSEMBERG, F. Sísifo e a educação infantil brasileira. *Proposições*, v. 14 n. 1, p. 178-194,

2002. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/40-artigos-rosemerbergf.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SCAFF, E. A. da S. Estado, mercado e educação: arranjos e tendências. *Educação Unisinos*, v. 21, n. 2, p. 146-154, maio 2017. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.212.03/6100>. Acesso em 3 set. 2017.

XAVIER, L. N. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. Dossiê "O público e o privado na educação brasileira".

Campinas, Autores Associados e SBHE, n. 5. p. 233-253, jan. 2003. Disponível em:

<http://201.147.150.252:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1065/RBHE5.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

*Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Integrante do Grupo de Pesquisa "Formação e Atuação de Educadores" (GRUFAE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: kallynekafuri@hotmail.com

Recebido em 10/12/2017

Aprovado em 10/01/2018